

ORDEM DE TRABALHOS:

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de 2016, pelas 16 horas, realizou-se na Escola Básica de São Gonçalo, sede de agrupamento de escolas com a mesma designação, uma reunião com todos os representantes eleitos e designados do Conselho Geral do Agrupamento supracitado, com exceção dos conselheiros: Maria Helena Veiga; Miguel Neto; Luís Pedro Silva; Ana Paula Franco; Érica Seiça; Dina Miguéis; Vítor Coelho, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Ponto um – Informações;-----
- Ponto dois – Análise/reflexão do Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento; -----
- Ponto três – Análise do Relatório de Atividades - 3º período;-----
- Ponto quatro – Análise/avaliação dos relatórios de avaliação de Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo; -----
- Ponto cinco – Definição dos critérios para a participação do agrupamento em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas, tendo em vista o desenvolvimento do Projeto Educativo e o cumprimento do Plano Anual de Atividades;-----
- Ponto seis - Análise dos critérios de organização de horários, definidos em Conselho Pedagógico;---
- Ponto sete - Outros assuntos.-----

DESENVOLVIMENTO:

Antes de se dar início à ordem de trabalhos prevista para esta reunião, foi aprovada por unanimidade a ata da reunião anterior.-----

A presidente deste Conselho Geral deu início à reunião, formalizando a informação enviada por email aos conselheiros, dando conhecimento de que foi enviada uma carta ao senhor Ministro da Educação, à senhora Vice-presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e à senhora Subdirectora-Geral da DGEstE, manifestando a preocupação relativamente à remoção urgente do amianto na Escola da Freiria, assunto apresentado e debatido na reunião anterior. Toda a população escolar tomou conhecimento desta diligência através de email. Até à presente data não foi rececionada nenhuma resposta.-----

No ponto dois, análise/reflexão do Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento, a presidente começou por lembrar que a qualidade tem constituído um fator fundamental para o funcionamento e desenvolvimento das organizações. Em educação também essa preocupação se tem manifestado e está definida segundo a Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, a qual aprova um sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Esteve presente no nosso agrupamento, entre os dias 2 e 5 de maio de 2016, uma equipa de avaliação, da Inspeção Geral da Educação e Ciência – IGEC, a qual elaborou um Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento e é sobre este que o Conselho Geral fará seguidamente uma breve análise/reflexão.-----

Foi apresentada uma avaliação tendo em conta três domínios: “Resultados”; “Prestação do serviço educativo” e “Liderança e gestão” tendo sido atribuída a classificação de **Bom**, em cada um deles.-----

Ao longo do relatório e em cada domínio vão sendo apontados muitos pontos fortes, nomeadamente no que se refere a este conselho, a saber “O Conselho Geral tem atuado em consonância com as competências que lhe estão consignadas, evidenciando, no geral, um olhar atento sobre o Agrupamento.” p.9. -----

Ainda no âmbito dos pontos fortes, são de realçar: -----

- Os resultados académicos alcançados nos três ciclos do ensino básico “...situam-se em linha com os valores esperados.” p.3 e no que se refere ao abandono escolar “... os resultados obtidos têm sido muito positivos.” p.3.-----
- Nos resultados sociais: destacam-se a educação para a cidadania, com as múltiplas atividades desenvolvidas no programa Eco-Escolas; na temática da solidariedade, com os “Cabazes de Natal”; campanhas de apoio aos refugiados e apoio/colaboração com algumas instituições; educação para a saúde; clube do desporto escolar, com diferentes modalidades; o programa “Parlamento de Jovens”; a criação da disciplina de orientação educativa, no 2º e 3º ciclos; a dinamização de assembleias de delegados de turma, no 2º e 3º ciclos; o ambiente calmo e o bom clima relacional entre crianças e alunos, docentes e não docentes; a disponibilização de informação acerca do acesso ao ensino superior, disponibilizada pelos serviços de psicologia e orientação. pp.3-4-----
- No reconhecimento da comunidade: o grau de satisfação da comunidade educativa é elevado; oferta educativa diversificada; a disponibilização de múltiplos clubes no 2º e 3º ciclos e as atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo em sintonia com os contextos locais (surf na Escola Básica de Santa Cruz e a robótica em vários estabelecimentos); é a única escola a nível mundial que é campeã nas três modalidades existentes (busca e salvamento, futebol robótico e dança robótica), sendo ainda o trabalho desenvolvido nesta área merecedor de atribuição de várias medalhas de mérito; a abertura e interação com a comunidade são alvo de um reconhecimento positivo (destacam-se como momentos altos a Gala e as Tasquinhas de São Gonçalo e o mercado Saloio na Escola Básica da Freiria); os bons resultados alcançados em algumas modalidades do Desporto Escolar; o enaltecimento do sucesso através da entrega de prémios de excelência e valor; a participação em atividades concelhias (como por exemplo a participação na Oeste Infantil); o apoio na organização de eventos promovidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras e a Geração São Gonçalo, reconhecida por todos pelo seu papel aglutinador. pp. 4-5-----
- No planeamento e articulação: a atribuição de um tempo de articulação nas disciplinas de português e matemática, no 2º e 3º ciclos; a articulação vertical entre o 1º e o 2º ciclo em áreas como o português e a matemática permitem identificar fragilidades no 2º ciclo e formas de trabalho a implementar no 1º; organização da informação referente a crianças e alunos ajuda a um melhor conhecimento dos mesmos; as iniciativas levadas a cabo para facilitar a integração das crianças e dos alunos nos níveis/ciclos seguintes; o projeto Atitude Positiva, desenvolvido pelo Académico de Torres Vedras contribui para uma melhor transição entre o 4º e 5º ano de escolaridade e as atividades desenvolvidas pelos serviços de psicologia, na orientação vocacional dos alunos do 9ºano. pp.5-6-----
- Na prática de ensino: “As atividades letivas dos docentes integram tarefas que envolvem os alunos ativamente na aprendizagem. Os trabalhos de grupo a organização de debates e as dramatizações são algumas das práticas implementadas em várias disciplinas...”; na área das ciências desenvolve-se trabalho experimental em todos os níveis de educação; a utilização das TIC; o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas escolares complementam o trabalho de sala de aula, nomeadamente na promoção da leitura; a dimensão artística do currículo, com o ensino articulado e os clubes nas áreas da música, fotografia, artes visuais e dança; a exploração do património histórico do meio envolvente; o aproveitamento/exploração dos recursos disponibilizados pelo município; participação em visitas de estudo ao estrangeiro; nos cursos vocacionais, a realização de atividades que promovem a ligação ao mundo do trabalho; a criação de medidas de promoção de sucesso escolar que respeitam a diferenciação pedagógica, são exemplo os projetos Mais Vezes

Mais e Aprender Mais da matemática; em contexto de sala de aula promovem-se atividades cooperativas e presta-se um apoio mais individualizado aos alunos que dele precisam; mobilização de diversos técnicos que complementam a ação dos docentes; dinamização de oficinas de Aprendizagem funcional e Pré-Laboral, para aluno com currículo específico; a utilização de diferentes instrumentos de avaliação para recolha de evidências das aprendizagens; as práticas de avaliação formativa; o envolvimento dos alunos em atividades de autoavaliação; a análise/balanço efetuado pelos docentes sobre as aprendizagens e cumprimento de planificações; a proposta/análise/reformulação das atividades dos planos de acompanhamento e a prevenção/resolução de casos de abandono e desistência escolar. pp. 6-7-----

- Na liderança e gestão: o projeto educativo “... Aquele documento estruturante, globalmente bem conseguido, efetua o diagnóstico e estrutura várias opções de trabalho prioritárias.”; “O diretor e os membros da sua equipa são um grupo coeso, responsáveis pelo exercício de uma liderança de proximidade, caracterizada pela disponibilidade e pelo espírito conciliador... O acompanhamento muito personalizado junto dos alunos é outra das marcas de atuação do diretor, a par da partilha de responsabilidades com as lideranças intermédias.”; o papel ativo desempenhado pelos coordenadores de estabelecimentos na gestão diária dos respetivos estabelecimentos, o conhecimento das suas funções, por parte dos coordenadores de departamento; a gestão dos recursos humanos, que tem em conta o perfil, as experiências e a formação dos trabalhadores; a importância dispensada ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores; a preocupação com o envolvimento dos pais e encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos; o papel pró-ativo da associação de pais, nomeadamente na dinamização das Tasquinhas de São Gonçalo; a criação de um endereço de correio eletrónico institucional e a plataforma Moodle. pp. 9-10-----
- Autoavaliação e melhoria: a equipa constituída por docentes de todos os níveis de ensino e de várias unidades educativas do Agrupamento preparou um “... documento traduz um elevado nível de empenho por parte dos docentes dinamizadores do processo...” e elaboração de um plano de melhoria. pp. 11-----

A equipa de avaliação aponta os seguintes constrangimentos ou pontos fracos, que devem ser alvo de reflexão:-----

- Resultados académicos: os resultados ao nível do 1º e 3º ciclos situam-se aquém dos valores esperados; esta avaliação baseia-se nos “valores análogos nas variáveis de contexto” e nos três indicadores: taxa de conclusão, provas finais de português e de matemática.-----
Definição de metas que exprimam a qualidade do sucesso e o insucesso existente em alguns cursos vocacionais.-----
“Também a qualidade do sucesso constitui uma das áreas à qual o Agrupamento poderá dedicar maior atenção, nomeadamente pela definição de metas que exprimam maior ambição, neste campo” p.3-----
- Nos resultados sociais: no tempo da disciplina de oferta complementar - orientação educativa, tem-se perdido em alguns casos o seu potencial formativo em detrimento de questões burocráticas; a não existência de uma prática consistente e estruturada que valorize o papel dos delegados de turma no quotidiano das escolas, nomeadamente dos alunos de 3º ciclo nos conselhos de turma; persistência de situações perturbadoras ao nível do comportamento por parte dos alunos dos cursos vocacionais da Escola da Freiria e “... não há um conhecimento sistemático do percurso dos alunos após a conclusão do 9ºano que permita uma avaliação do impacto da escolaridade...”. p.4--

- No reconhecimento da comunidade: “A qualidade das instalações é um dos itens que regista maior descontentamento, sobretudo no que à Escola da Freiria diz respeito...” e são motivo de insatisfação os espaços de desporto e recreio. p.4-----
- No planeamento e articulação: o papel que os coordenadores de departamento poderão assumir no que se refere às dinâmicas de trabalho desenvolvidas em contexto de sala de aula; a consistência da gestão vertical do currículo desde a educação pré-escolar até ao final do 3º ciclo; a não existência de ações que evidenciem trabalho consolidado ao nível da articulação horizontal e os planos de turma que não demonstram um planeamento estruturado nos conselhos de turma, no âmbito da articulação dos saberes das diferentes disciplinas e uma diferenciação pedagógica. p.6--
- Na prática de ensino: existência de algumas atividades letivas “... coexistentes com outras mais tradicionais e centradas no professor.”; assinala-se que em alguns casos o trabalho experimental, ao nível das ciências é praticamente inexistente, facto que deve suscitar uma maior atenção por parte dos coordenadores de departamento curricular; o subaproveitamento, em alguns estabelecimentos de ensino, dos recursos TIC; “No que diz respeito aos alunos com necessidades educativas especiais, verifica-se que as taxas de transição/conclusão, em alguns anos de escolaridade, ficam muito aquém do sucesso pleno expectável...”; desenvolver parcerias com empresas da comunidade com vista a enriquecer o trabalho desenvolvido com os cursos vocacionais; observação das práticas docentes entre pares, com vista à qualidade das aprendizagens e dos resultados das crianças e alunos; análise/reflexão sobre os critérios de avaliação e desenvolver mecanismos de avaliação de estratégias desenvolvidas e avaliação global da sua eficácia ao nível dos planos de turma e de forma global em cada ano escolar.-----
- Taxa de transição/conclusão de alunos com NEE em alguns anos de escolaridade ficam muito aquém do expectável, matéria que exige a devida reflexão na procura de uma intervenção mais eficaz” p. 7-----
- Na liderança e gestão: no projeto educativo “Além disso, as metas definidas são, em vários casos, demasiado vagas e não espelham objetivamente a ambição desejada, ... Também os mecanismos de avaliação e monitorização previstos, muito genéricos, bem como o número exaustivo de indicadores definidos dificultarão o processo avaliativo do grau de concretização dos objetivos delineados.”; no plano anual de atividades “... embora explicita as prioridades do projeto educativo, não se constitui verdadeiramente como um plano de ação em resposta às opções estabelecidas. Na verdade, aquele documento encontra-se estruturado de forma compartimentada, por níveis de ensino/escolas, repetindo várias atividades, o que o torna um documento demasiado extenso e pouco operacional. A própria avaliação global das diferentes iniciativas constitui-se como um aspeto a melhorar através da definição de indicadores precisos que permitam indagar dos seus impactos nas aprendizagens e nos resultados e no grau de concretização dos objetivos do projeto educativo. O envolvimento dos alunos e de outros elementos da comunidade neste processo é outro dos aspetos a ponderar no quadro de uma avaliação mais participada.”; os coordenadores de departamento deverão “...assumir uma maior pró-atividade no desenvolvimento de novas dinâmicas de trabalho colaborativo, ...” e a participação dos representantes dos encarregados de educação nos conselhos de turma de 2º e 3º ciclos; a criação de uma página web. pp. 9-10-----
- Autoavaliação e melhoria: alargamento da equipa a outros elementos da comunidade educativa (alunos, pais e encarregados de educação e trabalhadores não docentes); índices de participação, em resposta a questionários, bastante baixos, principalmente por parte dos trabalhadores não docentes; a concentração da coordenação das ações nos elementos da direção; a inexistência de calendarização para cada uma das atividades e metas a alcançar; “constitui-se ainda como desafio, neste âmbito, uma maior articulação com outras práticas autoavaliativas existentes, como as das

bibliotecas escolares, e com a própria avaliação do plano anual de atividades e do projeto educativo...".-----

A presidente deste conselho referiu que o Conselho Geral só poderá fazer uma análise numa perspetiva global enviando, se assim o considerar, recomendações para que os assuntos sejam tratados “em sede própria” e destacando algumas questões que considere prioritárias. Contudo deve ter-se em conta que este relatório é um olhar crítico sobre a nossa comunidade educativa. Como em todas as perspetivas, muitas questões não foram sequer abordadas, logo é um olhar parcial de alguém que se encontra de fora. Muitos dos nossos constrangimentos foram postos à margem e foi feita uma análise baseada em critérios muito concretos e específicos, tendo em conta a realidade nacional, que não é necessariamente a deste agrupamento. Cabe em primeiro lugar ao Conselho Geral congratular-se pelos bons resultados decorrentes de um trabalho consistente de toda a comunidade educativa. De seguida será necessário partir dos pontos fracos e encontrar estratégias mobilizadoras de mudança de práticas de forma sustentada. Só será possível melhorar se todos se sentirem envolvidos e mobilizados.-----

A conselheira Teresa Carmo manifestou-se no sentido de considerar que a avaliação proposta foi boa, tendo em conta as dificuldades encontradas e que se vão continuamente ultrapassando com a recente agregação dos dois agrupamentos que deram origem ao atual. Relembrou ainda a responsabilidade deste órgão no acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo e a necessidade de a comissão permanente começar a trabalhar neste âmbito. A presidente referiu que a partir do início do próximo ano letivo esse trabalho teria que ser iniciado e que neste momento não seria feita ainda uma avaliação do Projeto Educativo uma vez que faltam ainda os resultados das provas finais do 9º ano (2ª fase).-----

Na generalidade considerou-se o documento bem estruturado e que reflete na sua maioria a realidade do agrupamento sendo, pois, necessário manter as boas práticas já existentes e refletir nos aspetos menos positivos de forma a encontrar estratégias para alterá-los. Tendo consciência que alguns aspetos já estão a ser tratados, foram feitas algumas recomendações por vários conselheiros, nomeadamente, no que diz respeito à equipa de autoavaliação no sentido de tentar envolver mais a população do agrupamento na adesão à resposta aos inquéritos; na simplificação dos documentos, de forma a permitir uma rápida leitura e fácil avaliação dos assuntos nele inscritos. Esta recomendação é especialmente importante no caso do Plano Anual de Agrupamento, cuja estrutura atual é demasiado extensa, de difícil leitura e muitas vezes redundante. Neste documento deveria surgir uma coluna relativa à avaliação das atividades propostas, substituindo assim os relatórios de avaliação existentes atualmente. As restantes colunas devem conter os elementos fundamentais das atividades propostas de forma sucinta, com a utilização de siglas e numeração que tornem o documento mais ágil. O conselheiro António Lopes manifestou também a sua opinião relativamente à supervisão das práticas letivas pelos pares, considerando serem bastante importantes e proveitosas e por isso de pôr em prática.-----

O conselheiro Emanuel Silva questionou ainda os professores presentes sobre o funcionamento e propósito da oferta de escola “Orientação Educativa”, assim como da diferença entre articulação vertical e horizontal, termos estes referidos no relatório. Foram dados os referidos esclarecimentos pelos professores presentes.-----

No ponto três, o senhor Diretor, distribuiu e apresentou a todos os conselheiros o documento “Relatório de Atividades - 3º período” (Anexo I), dando assim a conhecer a todos o balanço das atividades efetuadas

no 3º período, nos vários níveis de ensino. Foram focados também os aspetos relacionados com o sucesso e insucesso quer a nível da avaliação interna, quer a nível de provas finais de Português e Matemática do 9º ano. Foram ainda apresentados os dados relacionados com os clubes e projetos a funcionar no agrupamento, assim como o balanço do Serviço de Psicologia e Orientação e Ação Social Escolar. -----

No mesmo documento foram ainda incluídas algumas informações para o ano letivo 2016/2017, nomeadamente o calendário escolar e a previsão do número de grupos/turmas a formar. -----

Da leitura deste documento surgiram algumas discussões, nomeadamente no que se refere ao aumento cada vez mais precoce de crianças com necessidades de terapias e à pouca resposta que o agrupamento pode dar e à falta de hábitos de leitura nos nossos jovens. A conselheira Isménia Gonçalves, representante do Centro de Saúde, chamou à atenção para o uso desregulado de jogos eletrónicos e tempo demasiado em frente a ecrãs em detrimento de outro tipo de atividades mais saudáveis, que parece relacionar-se com muitas das dificuldades que as nossas crianças e jovens enfrentam atualmente, como por exemplo o défice de atenção. A professora Maurícia Reis referiu ainda que deveria ser feito algo no sentido de evitar que os alunos passem os intervalos a jogar nos seus telemóveis. Ficou determinado que seria importante alertar e sensibilizar os alunos e encarregados de educação nas reuniões do início do próximo ano letivo através dos diretores de turma e direção.-----

O senhor diretor fez ainda um ponto de situação relativamente às obras previstas em estabelecimentos do agrupamento: relativamente à intervenção na Escola de Freiria, nos contactos havidos com a DGAE e com a DGEstE, não há nenhuma resposta objetiva quanto ao início das obras; relativamente ao Centro Educativo de São Pedro da Cadeira, a Câmara Municipal assegura que será para entrar em funcionamento no ano letivo de 2017/18, embora não adiantem a data de início das obras.-----

Referiu ainda que no próximo ano letivo será dado início à disciplina de Robótica no 8º ano na Escola de Freiria, à semelhança do que já se verificou este ano na Escola São Gonçalo.-----

A presidente deste Conselho deu continuidade à reunião, iniciando o ponto quatro, Análise/avaliação dos relatórios de avaliação de Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo.-----

No que se refere ao Plano Anual de Atividades, foi feita uma análise do relatório elaborado e aprovado no Conselho Pedagógico de 19 de julho, tendo o Conselho Geral feito a aprovação do mesmo por unanimidade.-----

Quanto ao Projeto Educativo, já foi elaborada uma grelha de avaliação aprovada em Conselho Pedagógico e a avaliação não se encontra totalmente concluída, visto ainda faltarem os resultados da 2ª fase das Provas finais de 9º ano de Português e Matemática. O Conselho Geral irá fazer a apreciação e análise do referido documento na próxima reunião.-----

No ponto cinco, definição dos critérios para a participação do agrupamento em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas, tendo em vista o desenvolvimento do Projeto Educativo e o cumprimento do Plano Anual de Atividades, a presidente do Conselho Geral referiu que tendo em conta as competências determinadas pelo Decreto- Lei nº75/2008 de 22 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei 137/2012 de 2 de julho, compete ao Conselho Geral definir os critérios de participação

das escolas em atividades de caráter pedagógico, científico, cultural e desportivo. Reforçou ainda que sendo a principal função da Escola, proporcionar e promover o desenvolvimento pleno dos alunos de acordo com os princípios estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e concretizados nos documentos orientadores do Agrupamento, nomeadamente no Projeto Educativo (2014 – 2018), operacionalizado pelo Projeto Curricular de Agrupamento, Plano Plurianual e Anual de Atividades e Projetos de Turma, devem todas as propostas de participação em atividades ser examinadas pelos órgãos com responsabilidade na matéria, em função do seu contributo para a concretização dos objetivos e pressupostos contidos nestes documentos. Assim, para a concretização dos seus objetivos/metapas, o Agrupamento deve envolver toda a população educativa e promover a interação com agentes externos individuais ou coletivos, públicos ou privados, numa lógica de promover, integrar e realizar diferentes atividades que possibilitem a concretização das suas finalidades. Foi enviado por email a todos os conselheiros uma proposta de critérios para aprovação das referidas atividades, por forma a agilizar os trabalhos na presente reunião.-----

Tendo por base todos os pressupostos anteriormente referidos, o Conselho Geral definiu os critérios para a participação em atividades pedagógicas científicas, culturais e desportivas, permitindo uma reflexão e tomada de decisões fundamentadas e orientadas para os objetivos e metas estabelecidas. Assim, as atividades propostas devem:-----

- Atingir as metas definidas no Projeto Educativo e contribuir para a sua concretização.-----
- Privilegiar atividades de caráter inter e transdisciplinar.-----
- Articular os conteúdos/áreas de conhecimento em consonância com o Projeto Curricular do Agrupamento contribuindo para a sua operacionalização e para a concretização dos projetos de Turma.-----
- Integrar os objetivos e estratégias definidas nos Planos Plurianuais e Anuais de Atividades.-----
- Divulgar o trabalho desenvolvido na escola a nível pedagógico, científico, didático e lúdico.-----
- Integrar formas inovadoras ou distintas dos alunos acederem ou consolidarem saberes ou aprendizagens das diversas disciplinas ou áreas curriculares e que de outra forma não seja possível à escola proporcionar.-----
- Contribuir para a inserção social dos alunos e para uma educação inclusiva.-----

O número de atividades a realizar deverá ser comedido, ter em conta o carácter abrangente de cada atividade (maximizar o número de participantes da comunidade) e evitar uma dispersão de atividades que, na prática, não contribuem significativamente para os objetivos do Projeto Educativo do Agrupamento.-----

Ao nível enquadramento orçamental, a planificação das actividades deverá evidenciar uma necessária ponderação relativa dos custos, quer para o Agrupamento, quer para pais e encarregados de educação e os seus benefícios para os alunos, sendo de promover a contenção e poupança de recursos financeiros.-----

No ponto seis, análise dos critérios de organização de horários, definidos em Conselho Pedagógico, e no exercício da competência definida no artigo 13º, ponto 1 alínea I) – “Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários”, do Decreto-Lei nº75/2008, republicado em anexo ao Decreto-Lei 137/2012 de 2

de julho, o Conselho Geral analisou e deu parecer positivo relativamente aos critérios para a elaboração de horários e distribuição de serviço para o ano letivo 2016/17, que lhe foram apresentados pelo Diretor do Agrupamento, tendo em conta o disposto no 13º do Despacho normativo n.º 4-A/2016 e ouvido o conselho pedagógico, sendo de referir que na distribuição de serviço docente, o diretor deverá observar o seguinte:--

- a) Definição de regras e procedimentos que permitam o trabalho regular em equipa de professores, tais como a preparação e a realização conjunta das atividades letivas, bem como a avaliação das aprendizagens;
- b) Constituição de equipas pedagógicas estáveis que acompanhem a turma ao longo de cada ciclo;-----
- c) Implementação de momentos específicos de partilha, reflexão dos docentes sobre as práticas pedagógicas e de interligação entre os diferentes níveis de educação e ensino;-----
- d) Intervenção preventiva sobre os fatores/preditores de insucesso e abandono escolar;-----
- e) Promoção da inovação e a diversificação de metodologias de ensino e aprendizagem;-----
- f) Promoção de um acompanhamento próximo dos alunos que transitam de ciclo e de escola;-----
- g) Identificação de dificuldades de integração e de aprendizagem dos alunos;-----
- h) Promoção do acompanhamento próximo dos alunos que em cada turma manifestem dificuldades de integração, de relacionamento com colegas e docentes, e de aprendizagem;-----
- i) Ajustamento do horário dos docentes às necessidades escolares que ocorram ao longo do ano letivo, sempre que tal se justifique.-----

Ouvido o conselho pedagógico, enquanto órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa, salienta-se então:-----

- Implementação do Plano de Ação Estratégica com vista à Promoção do Sucesso Escolar e da qualidade do ensino, dependendo a sua aplicação total de aprovação superior e atribuição dos recursos solicitados;-----
- Manutenção do tempo de articulação comum a Português, Matemática, e inclusão de um tempo de articulação na disciplina de Inglês; -----
- A preocupação de garantir condições para o sucesso dos alunos, favorecendo a continuidade das equipas pedagógicas estáveis ao longo do ciclo, salvaguardando casos excecionais que aconselhem a substituição dos professores;-----
- A elaboração e distribuição deverão ser pautadas por critérios de natureza pedagógica e por critérios de rentabilização/ otimização dos recursos humanos existentes no Agrupamento;-----
- A oportunidade dos grupos disciplinares serem ouvidos relativamente à distribuição dos níveis de ensino, devendo cada nível de ensino ser lecionado pelo menos por dois professores de modo a favorecer o trabalho regular em equipa de professores, nomeadamente na preparação e na realização conjunta das atividades letivas, bem como a avaliação das aprendizagens;-----

- Continuação de marcação nos horários de 9º ano de uma hora por turma para orientação vocacional; -----
- Introdução do apoio tutorial específico a alunos que tenham duas ou mais retenções no seu percurso escolar ou que evidenciem problemas comportamentais (Cada professor tutor tem 4 horas semanais e acompanha um grupo de 10 alunos segundo a legislação em vigor. Salvaguarda-se que os horários das turmas com alunos em situação de tutoria devem prever tempos comuns para intervenção do professor tutor). -----
- A redefinição das funções de Diretor de Turma e das horas para o exercício da função (4 horas a repartir entre a componente não letiva e o crédito horário, garantindo neste um mínimo de duas horas), passando o mesmo a ser responsável, de acordo com a legislação em vigor, por:-----
 - Assegurar o planeamento conjunto da lecionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;-----
 - Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade; -----
 - Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos; -----
 - Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida; -----
 - Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma; -----
 - Promover mecanismos de devolução de informação às famílias. -----
- A elaboração dos horários terá por base a contagem do tempo letivo em 45 minutos; -----
- A componente não letiva dos professores deve ser distribuída tendo em conta: -----
 - a) Necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos -----
 - b) Atividades atribuídas à equipa TIC -----
 - c) Ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar -----
 - d) Coordenação de estruturas de orientação educativa;-----
 - e) Coordenação de Clubes e projetos;-----
 - f) Coordenação do Desporto escolar;-----
 - g) O serviço letivo distribuído em diferentes estabelecimentos do agrupamento no mesmo dia, a um docente. -----

- Nas Escolas do 1.º Ciclo, as horas da componente não letiva de estabelecimento são utilizadas na supervisão pedagógica das Atividades de Enriquecimento Curricular, na vigilância dos intervalos e articulação com o pré-escolar.-----
- Nos Jardins de Infância as horas da componente não letiva de estabelecimento são utilizadas na supervisão pedagógica de AAAF, trabalho administrativo e colaborativo no estabelecimento, articulação com o 1.º ciclo.-----
- A distribuição do serviço dos Professores incapacitados para o ensino é da responsabilidade do Diretor;-----
- O serviço dos Serviços Técnicos é atribuído após reunião com a Chefe dos Serviços Administrativos, com conhecimento do Diretor. Contudo, todos devem conhecer e executar a totalidade das tarefas administrativas inerentes aos serviços;-----
- O serviço dos Assistentes Operacionais será distribuído seguindo o princípio de adequação à função. Todos devem executar todas as tarefas que lhe forem solicitadas, independentemente do lugar onde estão colocados anualmente.-----

No âmbito das suas competências, o conselho pedagógico define da seguinte forma os critérios gerais a que obedece a elaboração dos horários dos alunos:-----

a) Hora de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas (manhã, tarde e noite);-----

Pré- Escolar: se não houver diretrizes em contrário manter o modelo vigente, entre as 09h00 e as 15h30. As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) podem funcionar antes das 09h00 e após o término das atividades letivas, de acordo com as necessidades de cada estabelecimento de educação e acordado com os respetivos encarregados de educação. -----

1.º Ciclo: Escolas Básicas de 1.º Ciclo – horários em regime normal, entre as 08h30 e as 17h30, contemplando as atividades letivas, as atividades de enriquecimento curricular e as condicionantes de cada estabelecimento de ensino; -----

Escolas Básicas de São Gonçalo e de Freiria:-----

- Mantém-se a mesma mancha horária do ano letivo de 2015/2016. As atividades letivas decorrem entre as 08h30 e as 16h30, com exceção da quarta-feira que, sempre que possível, terminam às 13h00.-----
- As atividades dos clubes, salas específicas e o do desporto escolar, decorrem maioritariamente no período pós-letivo; -----

b) Distribuição dos tempos letivos, assegurando a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia;-----

- c)** Limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos do dia;-----
90 minutos-----
- d)** Atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana;-
Não é aconselhável que os tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da
semana sejam em dias consecutivos.-----
- e)** Distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira e da Educação Física;--
Inglês- 90+ 45 minutos em dias não consecutivos, sempre que possível.-----
Francês- 90+ 45 minutos em dias não consecutivos, sempre que possível ou 90 nos anos de escolaridade
com dois tempos semanais.-----
Educação Física- 90+ 45 minutos em dias não consecutivos, sempre que possível.-----
- f)** Alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausências de
docentes;-----
- g)** Distribuição dos apoios a prestar aos alunos, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal;-----
Evitar mais de dois apoios diários.-----
- h)** Desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico atento ao
disposto no artigo 18º da Portaria nº 644-A/2015 de 24 de agosto, a saber:-----
1 — As AEC são selecionadas de acordo com os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento
de escolas, atendendo ao disposto no n.º 1 do artigo 9.º, e devem constar no respetivo plano anual de
atividades.-----
2 — A planificação das AEC deve:-----
a) Salvaguardar o tempo diário de interrupção da componente curricular e de recreio;-----
b) Considerar as condições de frequência das AEC pelos alunos com necessidades educativas especiais,
constantes no seu programa educativo individual.-----
3 — A planificação das AEC deve envolver os departamentos curriculares e as entidades promotoras e ser
aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico dos agrupamentos de escolas
envolvidos.-----
4 — Na planificação das AEC devem, sempre que possível, ser tidos em consideração os recursos existentes
na comunidade, nomeadamente através de autarquias locais, IPSS, associações culturais e outros.-----
5 — A supervisão e o acompanhamento das AEC são da responsabilidade dos órgãos competentes do
agrupamento de escolas, em termos a definir no regulamento interno.-----
6 — As AEC são desenvolvidas, em regra, após o período curricular da tarde, sendo da responsabilidade do
Conselho Geral, sob proposta do Conselho Pedagógico, decidir quanto à possibilidade de existirem
exceções a esta regra.-----
Tendo em conta a dispersão geográfica do agrupamento, o número de estabelecimentos de ensino e a
necessidade de organizar os horários dos docentes, contemplando as diferentes escolas e a distância que
terão de percorrer, poderá haver necessidade de colocar AECs também junto à hora do almoço.-----
Foi apresentada a planificação das AECs por estabelecimento de ensino. A referida planificação foi
aprovada no Conselho Pedagógico de 19 de julho e no Conselho Geral, na presente reunião. (Anexo II)
- i)** Outros que se mostrem relevantes no contexto da escola.-----

- Atribuição, sempre que possível, dos Apoios ao Estudo do 2º Ciclo às disciplinas de Português, Matemática, Inglês, História e Geografia de Portugal e Ciências Naturais;-----

A conselheira Teresa Carmo solicitou ainda que na elaboração dos horários fosse evitado a colocação de aulas de Educação Física com pouco tempo de intervalo para as outras disciplinas para evitar atrasos e o conselheiro António Lopes lembrou que o desdobramento das disciplinas de Físico-Química com Ciências Naturais deve ser feito de acordo com o disposto na lei, isto é, deverá funcionar em 90 minutos para cada turno semanalmente numa das disciplinas, alternando na semana seguinte na outra disciplina.-----

Nos outros assuntos, ponto sete, o senhor diretor solicitou autorização ao Conselho Geral para atribuição de crédito horário destinado à constituição de assessorias de apoio à direção, tendo em conta o disposto no Despacho Normativo nº 10-A/2015, de 19 de junho, nos termos do Artigo 30º do Decreto-Lei nº 75/2008, na sua atual redação, com a função específica de coadjuvação ao coordenador da Escola de Freiria e à Direção do Agrupamento na escola Sede, devido à dimensão do agrupamento, ao número de estabelecimentos de educação/ensino e ao elevado número de alunos e de pessoal docente e não docente. O Conselho Geral autorizou a atribuição do crédito horário solicitado.-----

A presidente do Conselho Geral agradeceu a todos os conselheiros a presença e participação empenhada em todas as reuniões do ano letivo que finda. Também o senhor diretor endereçou o seu agradecimento a todos os presentes.-----

A presidente referiu ainda que a conselheira Isménia Gonçalves, representante da Centro de Saúde, será substituída no próximo ano letivo neste conselho por outro elemento pertencente àquela instituição e que a próxima reunião será previsivelmente em outubro.-----

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata.-----

O Secretário

A Presidente do Conselho Geral

(Rosário Subtil)

(Amélia Lourenço)